



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo estabelece as condições e especificações referentes ao Registro Formal de Preços visando a **“AQUISIÇÃO DE TUBULAÇÃO DE COBRE PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, CONFORME TABELA EMOP-RJ, PARA CLIMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ-RJ PARA COMPLEMENTAR O PROCESSO Nº 4448/2023”** vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde.

1.2. Como preconiza o § 1º do artigo 21 do Decreto Municipal nº 295/2023 e nos termos da Lei 14.133/2021, o presente Termo de Referência está alinhado com o Plano Anual de Contratações (PAC) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

2. DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item	CATMAT	Código EMOP	Descrição	Unidade	Quantidade
1	338624	15.005.0240-0	- TUBULACAO EM COBRE PARA INTERLIGACAO DE AR-CONDICIONADO SPLIT CONDENSADOR / EVAPORADOR, CONFORME ABNT NBR 16655, INCLUSIVE ISOLAMENTO TERMICO, INTERLIGACAO ELETRICA, CONEXOES E FIXACAO, PARA APARELHOS DE 9000 A 30000 BTU/H. FORNECIMENTO E INSTALACAO OBS.: conforme a tabela EMOP-RJ o comprimento da tubulação é de 01 (um) metro.	M	28.476
2	338625	15.005.0245-0	- TUBULACAO EM COBRE PARA INTERLIGACAO DE AR-CONDICIONADO SPLIT CONDENSADOR / EVAPORADOR, CONFORME ABNT NBR 16655, INCLUSIVE ISOLAMENTO TERMICO, INTERLIGACAO ELETRICA, CONEXOES E FIXACAO, PARA APARELHOS DE 36000 A 60000 BTU/H. FORNECIMENTO E INSTALACAO OBS.: conforme a tabela EMOP-RJ o comprimento da tubulação é de 01 (um) metro.	M	300
			TOTAL		28.776

2.1. Os materiais de instalação são divididos na tabela EMOP de acordo com os aparelhos, sendo o primeiro para aparelhos de 9.000 a 30.000 BTUS e o segundo para aparelhos de 36.000 a 60.000 BTUS. Foram registrados na Ata, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº: 90059/2024/2023, o total de 2.398 aparelhos, divididos assim: 9.000 BTUS (342 unidades), 12.000 BTUS (582 unidades), 18.000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS

BTUS (810 unidades), 22.000 BTUS (207 unidades), 24.000 BTUS (230 unidades), 30.000 BTUS (202 unidades), 36.000 BTUS (13 unidades) e 60.000 BTUS (12 unidades). O quantitativo foi feito pelo total de aparelhos adquiridos porque nenhum deles foi instalado até a presente data, por falta dos tubos de cobre para instalação.

2.2. A tabela acima traz o quantitativo apenas da Secretaria Municipal de Saúde, durante o prazo de publicação da IRP Nº 004/2025 cinco Secretarias se manifestaram para serem Órgãos Participantes, são elas: Secretaria Municipal de Comunicação Social (CI/SEMCOM Nº 25090127147); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (CI/SEMAU Nº 250902151149); Secretaria Municipal de Transporte (CI/SEMTRANS Nº 250826201122); a Procuradoria-Geral do Município (CI/PGM Nº 485/2025) e a Secretaria Municipal de Educação (CI/SEMED Nº 25090171404).

2.3. Abaixo segue a tabela com os quantitativos do Órgão Gerenciador e dos Órgãos Participantes.

Item	Código EMOP CATMAT	Descrição	Unidade	Secretaria de Saúde	Secretaria de Comunicação Social	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	Secretaria de Transporte	Procuradoria Geral Municipal	Secretaria de Educação	TOTAL GERAL
1	15.005.0240-0 CATMAT 338624	- TUBULACAO EM COBRE PARA INTERLIGACAO DE AR-CONDICIONADO SPLIT CONDENSADOR / EVAPORADOR, CONFORME ABNT NBR 16655, INCLUSIVE ISOLAMENTO TERMICO, INTERLIGACAO ELETRICA, CONEXOES E FIXACAO, PARA APARELHOS DE 9000 A 30000 BTU/H. FORNECIMENTO E INSTALACAO OBS.: conforme a tabela EMOP-RJ o comprimento da tubulação é de 01 (um) metro.	M	28.476	12	08	19	49	7.545	36.109



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS

2	15.005.0245-0 CATMAT 338625	- TUBULACAO EM COBRE PARA INTERLIGACAO DE AR-CONDICIONADO SPLIT CONDENSADOR / EVAPORADOR, CONFORME ABNT NBR 16655, INCLUSIVE ISOLAMENTO TERMICO, INTERLIGACAO ELETRICA, CONEXOES E FIXACAO, PARA APARELHOS DE 36000 A 60000 BTU/H. FORNECIMENTO E INSTALACAO OBS.: conforme a tabela EMOP-RJ o comprimento da tubulação é de 01 (um) metro.	M	300	3	0	0		75	378
			TOTAL DE KITS							36.487

2.4. O critério de julgamento adotará o “MENOR PREÇO POR ITEM”.

3. DA JUSTIFICATIVA, OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A necessidade da aquisição da tubulação se faz necessária uma vez que se objetiva dar mais condições de trabalho aos servidores da Secretaria de Saúde, bem como dar melhores condições de atendimento aos usuários tanto das unidades quanto da secretaria através da instalação dos aparelhos.

3.2. É dever da instituição garantir aos servidores boas condições de trabalho, proporcionando um ambiente organizacional saudável tanto no aspecto social quanto físico, garantindo inclusive meios para a eficiência dos serviços.



3.3. Objetivando melhorar as condições dos usuários e do ambiente de trabalho fez-se necessário a aquisição de aparelhos de ar condicionado para a Rede de Saúde do Município de Itaboraí.

3.4. Ficaram registrados na Ata nº 001/2025 o quantitativo total de 2.398 unidades dos aparelhos de ar condicionado que foram licitados através do Pregão Eletrônico SRP nº: 90059/2024/2023, oriundo do processo administrativo nº 4448/2023, conforme publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

3.5. No âmbito do Processo de aquisição de aparelhos de ar condicionado para atendimento das unidades de saúde do Município de Itaboraí/RJ, verificou-se a necessidade de contratação complementar de materiais de instalação, tendo em vista que os inicialmente adquiridos contemplavam apenas 01 metro de tubulação de cobre, medida insuficiente diante da diversidade estrutural das unidades de saúde, que demandam diferentes extensões de rede frigorígena.

3.6. Posteriormente foi constatado que devido ao tamanho das unidades de saúde, a tubulação não conseguiria cobrir a metragem necessária, e como foi licitado somente uma tubulação por aparelho, ficou inviável a sua instalação.

3.7. Sendo assim será necessário a aquisição de mais tubulação, através do Sistema de Registro de Preços, com a metragem de 12 metros por unidade a fim de suprir a demanda criada.

3.9. Dos Requisitos da Contratação

3.9.1. A presente contratação tem por objeto o fornecimento e instalação de tubulação em cobre para interligação de unidades de ar condicionado tipo split, conforme especificações contidas na Tabela EMOP-RJ, itens 15.0005.0240-0 e 15.0005.0245-0, compreendendo o pacote completo de materiais e serviços, a saber: tubulação em cobre com isolamento térmico, interligação elétrica, conexões, fixação e instalação.

3.9.1.1. Requisitos Técnicos e de Desempenho

- As tubulações em cobre deverão ser novas, isentas de emendas ou deformações, e apresentar bitolas adequadas às capacidades dos equipamentos de ar condicionado a serem instalados.
- O isolamento térmico deverá ser em elastômero expandido de célula fechada, resistente a altas e baixas temperaturas, com espessura adequada para evitar condensação e perdas térmicas.
- As conexões, curvas, uniões e suportes deverão possuir tratamento anti-corrosivo e ser compatíveis com a instalação frigorígena.
- Os materiais empregados devem atender às normas técnicas da ABNT, em especial a NBR 16401 (Instalações de ar-condicionado) e a NBR 14177 (Tubos de cobre sem costura).



- O conjunto deverá ser instalado de forma a garantir estanqueidade, isolamento adequado e desempenho energético eficiente.
- Todos os materiais deverão ser originais de fábrica, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e instalação, contados da data do recebimento definitivo.

3.9.1.2. Requisitos de Segurança e Sustentabilidade

- As instalações devem observar as normas de segurança NR-10 e NR-35, no que tange a trabalhos em altura e em sistemas elétricos.
- O descarte de sobras e resíduos deverá obedecer às boas práticas ambientais, sendo vedado o descarte irregular de materiais metálicos, plásticos ou isolantes.
- A utilização de tubos novos e conexões adequadas reduz riscos de vazamentos de gases refrigerantes, contribuindo para a preservação ambiental e eficiência energética dos equipamentos.

3.9.1.3. Requisitos de Instalação e Execução

- A execução deverá ser realizada por mão de obra técnica especializada em refrigeração, devidamente treinada e equipada com EPI's apropriados.
- O fornecedor será responsável por todas as etapas do serviço, incluindo fornecimento, transporte, instalação, testes de pressão e vedação, limpeza e entrega final em perfeito funcionamento.
- Deverá ser apresentado cronograma de execução compatível com o planejamento da Administração, com prazos adequados para instalação, inspeção e testes.
- O pagamento ficará condicionado à aceitação técnica dos serviços, após verificação de conformidade com o projeto e a Tabela EMOP-RJ.
- O pagamento será feito de acordo com a metragem utilizada em cada instalação, podendo variar de acordo com o espaço físico de cada unidade de saúde.

3.10. No que toca à especificação do objeto temos a informar que nenhuma se valeu da indicação de marca, mas sim de acordo com a tabela EMOP, tendo sido tomadas as cautelas necessárias para assegurar que as descrições do objeto correspondam àqueles elementos essenciais do bem, sem maiores riscos à limitação indevida da competição.

3.11. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021

3.12. Dito isso, cremos estar plenamente demonstrada a importância singular desse processo. Sendo de importância imperativa que não nos falem para o regular cumprimento de nossa missão oficial de prestação de saúde.



4. DA INVERSÃO DE FASES (ART. 17, §1º, DA Lei nº 14.133/2021) E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES (DA HABILITAÇÃO)

4.1. DA INVERSÃO DE FASES (Art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021)

- Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a regra geral dos procedimentos licitatórios é a de que o julgamento das propostas preceda a fase de habilitação. Contudo, o referido dispositivo autoriza, mediante justificativa expressa e motivada nos autos, a inversão das fases procedimentais, com a habilitação prévia dos licitantes, sempre que tal medida se revele mais vantajosa à Administração Pública.

- Dessa forma, **justifica-se a adoção da inversão de fases** no presente certame, tendo em vista o caráter **urgente e imprescindível** da contratação do objeto, qual seja, a aquisição de tubulação de cobre para instalação dos aparelhos de ar condicionado já adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itaboraí, conforme consta no Pregão Eletrônico SRP nº 90059/2024/2023

- A inexistência da tubulação necessária vem impedindo a instalação e o funcionamento dos aparelhos de climatização, comprometendo diretamente a execução do contrato anterior e, por consequência, afetando as condições adequadas de trabalho dos servidores e de atendimento à população nas unidades de saúde, especialmente em períodos de altas temperaturas.

- A inversão de fases, com a verificação prévia da habilitação dos licitantes, permitirá maior celeridade ao procedimento, evitando atrasos decorrentes de eventual inabilitação de licitantes após a fase de lances, o que seria incompatível com a urgência identificada e com o princípio da continuidade do serviço público (art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

- Além disso, a medida visa garantir que apenas fornecedores devidamente qualificados técnica e operacionalmente participem das etapas subsequentes do certame, assegurando contratação célere, eficiente e segura, em observância aos princípios da planejamento, eficiência, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

- Por tais razões, resta plenamente demonstrada a necessidade e oportunidade da inversão de fases, como medida que confere agilidade e segurança jurídica ao procedimento licitatório, sem prejuízo da isonomia e da competitividade entre os licitantes, e em consonância com o interesse público envolvido na imediata instalação dos equipamentos de climatização.

4.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (HABILITAÇÃO)

- Além das exigências habituais relacionadas à comprovação da habilitação econômico financeira e jurídica das licitantes, com o intuito de garantir a seleção de fornecedores aptos a efetivamente



atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde- FMS, deverão ser exigidos dos licitantes os seguintes documentos referentes à comprovação de sua qualificação técnica;

4.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características compatíveis com o objeto desta licitação. A comprovação deverá se dar por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem que o licitante já forneceu no mínimo 40% bem(ns) similar(es) aos descritos neste termo;

4.2.1.1. Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados e deverão ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito privado ou público emitente, CNPJ, endereço da pessoa jurídica/órgão gerenciador, objeto fornecido, quantitativo contratado, valor do contrato, número do processo ou procedimento licitatório ou do processo de contratação direta, número do contrato, prazo e local de execução do objeto, prazo de vigência do contrato, devendo ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome completo, cargo ou função, número da matrícula e do CPF, indicando ainda se a execução do objeto ocorreu de forma regular e satisfatória;

4.2.1.2. Os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público deverão ser firmados por servidor com a indicação do nome completo, cargo e matrícula;

4.2.1.3. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão estar acompanhados de documentos que comprovem a aptidão do signatário para responder pela pessoa jurídica atestante;

4.2.1.4. Os licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, caso solicitado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio;

4.3. Certidão do registro e regularidade da Licitante junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA) **em nome da Empresa**, que comprove a habilitação da mesma nos ramos de Arquitetura ou Engenharia;

4.4. Certidão do registro e regularidade da Licitante junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA) **do Responsável Técnico da Empresa**, que comprove a habilitação da mesma nos ramos de Arquitetura ou Engenharia, com registro ativo no conselho e vinculado a empresa na data da licitação;

4.4.1. Comprovação de que o licitante possui profissional(is) de nível superior detentor(es) de Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado pelo CREA ou CAU, que comprove(m) ter executado, para a Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços compatíveis em características com o objeto da licitação;

4.4.2. A comprovação de vínculo com os profissionais integrantes do quadro técnico poderá ser feita



por meio de cópia da carteira de trabalho, do livro registro de funcionários, por meio de registro no CREA/CAU ou através de contrato de prestação de serviços firmado entre o Profissional e a Licitante, vigente na data do certame. Caso o profissional faça parte do quadro societário da empresa, deverá apresentar o registro do contrato/ato constitutivo da empresa perante a Junta Comercial ou perante o Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, conforme o caso.

4.4.3. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

4.4.4. Os profissionais indicados pelo licitante conforme descritos acima deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração

4.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

5.1. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 298 de 27 de dezembro de 2023, que regulamentou o disposto no art. 20 e seu § 1º, da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Itaboraí nas categorias de qualidade comum e de luxo.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Para a aquisição da tubulação de cobre serão emitidas ordens de fornecimento, em conformidade com os quantitativos registrados em Ata e de acordo com a solicitação da Secretaria demandante.

6.2. O prazo para a entrega dos materiais será de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, que indicará o quantitativo a ser fornecido;

6.3. Os materiais, tanto do órgão gerenciador como dos participantes, deverão ser entregues no Almoxarifado Central, situado no endereço: Rua Dr. Pereira Santos, 499 – Centro – Itaboraí, RJ (antigo Restaurante Popular), no horário das 8h às 16h, de segunda-feira à sexta-feira (exceto em feriados nacionais, municipais e pontos facultativos);



- 6.4.** Especificação e requisitos técnicos: as tubulações de cobre deverão ser fornecidas com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento;
- 6.5.** É obrigatório a garantia legal do fabricante de 12 (doze) meses na forma do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990).
- 6.6.** As tubulações de cobre poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo e na proposta do Fornecedor Registrado cabendo à Fiscalização notificar o Fornecedor Registrado para que efetue a retirada dos materiais rejeitados, substituindo-os por outros que estejam adequados às especificações, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias corridos;
- 6.7.** As tubulações de cobre serão recebidas provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme Art. 15, I, II, III do Decreto Municipal Nº 300 de 28 de dezembro de 2023, pelo Fiscal e pelo responsável do Almoxarifado Central, para efeito de posterior verificação de sua quantidade e conformidade com as especificações constantes na ordem de fornecimento, no Termo de Referência (TR) e na proposta do fornecedor.;
- 6.8.** As tubulações de cobre serão recebidas definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, conforme Art. 15, I, II, III do Decreto Municipal Nº 300 de 28 de dezembro de 2023, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, pelo gestor da ata de registro de preços;
- 6.9.** O atesto da nota fiscal deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, admitida a prorrogação, em casos excepcionais, desde que devidamente justificados, conforme Art. 18 do Decreto Municipal Nº 300 de 28 de dezembro de 2023.
- 6.10.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto da contratação, deverão ser prontamente atendidas pelo Fornecedor Registrado, sem ônus para o Órgão Gerenciador;
- 6.11.** O recebimento definitivo dos equipamentos não exclui a responsabilidade do contratado/fornecedor registrado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução, sobretudo daqueles prejuízos advindos da qualidade, de vícios ocultos ou não aparentes na época da entrega;
- 6.12.** As despesas decorrentes da substituição dos tubos de cobre correrão por conta do Fornecedor Registrado sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções incidentes às hipóteses de descumprimento da Ata de Registro de Preços;
- 6.13.** Caso seja necessária a substituição dos tubos de cobre fornecidos, por motivos expostos pela fiscalização, os materiais novos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos constantes na proposta original;
- 6.14.** O Fornecedor Registrado deverá se responsabilizar pelas despesas de transporte, retirada e



devolução do material substituído, sem ônus adicional para o Órgão Gerenciador;

6.15. Toda prorrogação de prazo de entrega deverá ser justificada por escrito perante a Fiscalização e previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo a solicitação ser encaminhada à Secretaria pelo endereço eletrônico: spgpp@itaborai.rj.gov.br em até 01 (um) dia útil antes do vencimento do prazo de entrega estipulado;

6.16. Não serão aceitos as tubulações de cobre fora das especificações técnicas e descrições dos itens; assim como tubos danificados ou com aspectos físicos comprometidos;

6.17. Qualquer ação ou não cumprimento da contratada em função dos itens pré-estabelecidos no Termo de Referência, caberá a contratante a aplicação das sanções cabíveis por leis à Fornecedora Registrada;

6.18. Os tubos de cobre, quando couber, deverão conter prazo de validade de no mínimo seis meses;

6.19. A nota fiscal do órgão gerenciador deverá ser emitida em favor do Fundo Municipal de Saúde, situado na Avenida 22 de Maio, nº5990, Enterprice, Corporate, 7º andar, Sala 701, Centro - Itaboraí-RJ, CNPJ 11.865.033/0001-10; Os demais órgãos participantes deverão ter as notas fiscais emitidas em favor da Prefeitura Municipal de Itaboraí, localizada na Praça Marechal Floriano Peixoto, Nº 97 - Centro, Itaboraí - RJ, CEP: 24.800-165, sob o número de CNPJ: 28.741.080/0001-55.

6.20. A nota fiscal apresentada pela empresa no momento da entrega, além das especificações e quantitativo dos equipamentos, deverá mencionar o número do processo administrativo e o número da Ata de Registro de Preços.

6.21. A empresa fornecedora registrada deverá fornecer além da tubulação de cobre, os materiais necessários para a instalação e também deverá executar o serviço de instalação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo, na proposta apresentada pelo Fornecedor no momento do certame e na Ata de Registro de Preço, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.1.3. Comunicar a FORNECEDORA REGISTRADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos entregues, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos em até 05 (cinco) dias corridos da comunicação.

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da FORNECEDORA REGISTRADA, por intermédio de comissão/servidor especialmente designado.



7.1.5. Efetuar o pagamento a FORNECEDORA REGISTRADA no valor correspondente ao item e aos quantitativos efetivamente entregues, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preço.

7.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela FORNECEDORA REGISTRADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA REGISTRADA

8.1. A FORNECEDORA REGISTRADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega dos tubos de cobre em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, livres de avarias ou imperfeições que possam afetar sua qualidade. Por ocasião da entrega, a FORNECEDORA REGISTRADA deverá apresentar nota fiscal, na qual deverão constar as indicações referentes à procedência do item;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 13 e 17 a 27, da Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência o item que não atender às especificações, à proposta de preços ou que apresentar avarias;

8.1.4. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

9. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA SUA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

9.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação no PNCP, a ser providenciada pelo Ordenador de Despesas em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura.



9.2. A ata de registro de preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, com base no art. 84 da Lei 14.133/21 e o art. 21 do Decreto Municipal Nº 003 de 04 de janeiro de 2024, desde que comprovada a vantajosidade.

9.3. Os preços registrados, com as devidas justificativas, poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

9.3.1. para restabelecer o equilíbrio econômico - financeiro, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

10. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A decisão de rescindir a Ata de Registro de Preços caberá ao Órgão Gerenciador, desde que se vislumbrem possibilidades de prejuízos à Administração Municipal;

10.2. Nos casos em que se justifique a rescisão contratual a Fornecedora Registrada ficará sujeita às penalidades previstas no item 14 deste Termo de Referência.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da FORNECEDORA REGISTRADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da ata de registro de preços.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do Decreto Municipal Nº 300 de 28 de dezembro de 2023, serão designados os responsáveis pela fiscalização das obrigações decorrentes da execução da ARP um servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) objeto(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou



defeitos observados e também será nomeado o Gestor da Ata que será o agente público responsável pelo preparo, coordenação, acompanhamento, conclusão e demais fatos gerenciais que envolvem os atos das Atas de Registro de Preços, no todo ou por tarefas especificamente designadas, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas indicadas na Ata de Registro de Preços, inclusive pela instrução e proposta de aplicação de penalidades, no sentido de garantir a adequada execução das Atas celebradas.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação de requerimento no protocolo da Administração Municipal, o qual deverá ser instruído com a nota fiscal atestada, a cópia da nota de empenho e da Ordem de Fornecimento assinada pela fiscalização, além das certidões de regularidade fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária do Fornecedor Registrado.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a fiscalização manifestar seu atesto.

13.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Fornecedora Registrada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o órgão gerenciador.

13.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária em favor da Fornecedora Registrada.

13.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.6. A Fornecedora Registrada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora registrada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo órgão gerenciador, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	<u>(6/100)</u> 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------------	--

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do disposto no art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a Fornecedora Registrada que:

14.1.1. - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preço;

14.1.2. - dar causa à inexecução parcial do da Ata de Registro de Preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3 - dar causa à inexecução total do da Ata de Registro de Preço;

14.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6 - não celebrar Ata de Registro de Preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá aplicar à Fornecedora Registrada as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Órgão Gerenciador;



14.2.2. Multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do pedido inadimplido por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso; Multa moratória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor do pedido inadimplido, por dia de atraso injustificado, do 31º (trigésimo primeiro) ao 60º (sexagésimo) dia de atraso. Multa moratória de 0,6% (zero vírgula seis por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do pedido inadimplido, do 61º (sexagésimo primeiro) dia em diante, até o limite máximo de 150 dias, sem prejuízo das demais penalidades;

14.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, como dispõe o art. 156, III, § 4º da Lei 14.133/2021;

14.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Fornecedora Registrada ressarcir o órgão gerenciador pelos prejuízos causados.

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.4 e 14.2.5 poderão ser aplicadas a Fornecedora Registrada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Fornecedora Registrada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21;



14.7. Caso o Órgão Gerenciador determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

14.9. As penalidades serão obrigatoriamente encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, cadastradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.10. De acordo com o art. 163 da Lei 14.133/2021, será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.10.1. - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.10.2. - pagamento da multa;

14.10.3. - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.10.4. - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.10.5 - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

ÓRGÃO GERENCIADOR

– Secretaria Municipal de Saúde

- Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde

- Unidade Orçamentária: 002 – Fundo Municipal de Saúde

- Subunidade Orçamentária: 001 - Gabinete



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS

- Programa de Trabalho: 10.301.0032.2152
- Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.
- Fonte de Recurso: 1.600.0005 – 1.621.0028

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

- Secretaria Municipal de Comunicação Social

- Órgão: 32 – Secretaria Municipal de Comunicação Social
- Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Comunicação Social
- Programa de Trabalho: 04.122.0012.2842 – Manutenção e Operacionalização da SEMCOM
- Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00
- Fonte de Recurso: 15000001

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

- Órgão:
- Unidade Orçamentária:
- Subunidade Orçamentária:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:
- Fonte de Recurso:

- Secretaria Municipal de Transporte

- Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Transporte
- Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Transporte
- Subunidade Orçamentária: 001 - Gabinete
- Programa de Trabalho: 26.451.0012.1228
- Elemento de Despesa: 4.4.90.52.18.00
- Fonte de Recurso: 15000001

- Secretaria Municipal de Educação

- Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Educação
- Unidade Orçamentária: 002 – Fundo Municipal de Educação
- Subunidade Orçamentária: 001 - Gabinete
- Programa de Trabalho: 12.361.0009.2.108 / 12.365.0011.2.115
- Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00
- Fonte de Recurso: 1.500.1001 / 1.573.0042



- Procuradoria-Geral do Município

- Órgão: 04 – Procuradoria-Geral do Município
- Unidade Orçamentária: 001 – Gabinete da PGM
- Subunidade Orçamentária: 001 - Gabinete da PGM
- Programa de Trabalho: 04.001.001.04.122.0012.2.148 – Manutenção e Operacionalização da PGM
- Elemento de Despesa: 3.3.90.30.25 – Material de Consumo/Material para Manutenção de Bens Móveis
- Fonte de Recurso: 15000001 / 15001001

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no artigo 30 do Decreto nº 003, de 04 de janeiro de 2024;

17.2. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;

17.3. O presente Termo de Referência (TR) segue devidamente aprovado pela autoridade competente (ordenador de despesas), nos termos do Decreto Nº 295 de 27 de dezembro de 2023.

Itaboraí, 12 de janeiro de 2026.

Ordenador de Despesa
ANALICE PAULO RANGEL FERREIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Matrícula n.º 47.166